

Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis..... 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 3

Demonstrações dos resultados..... 4

Demonstrações dos resultados abrangentes 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos acionistas e Administradores da
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de maio de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

EÓLICA BELA VISTA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	63	3.613
Contas a receber de clientes	4	1.252	2.620
Contas a receber partes relacionadas		-	99
Estoques	5	2.933	1.735
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		908	722
Outros tributos a recuperar		56	657
Outros ativos		759	600
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		5.971	10.046
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Cauções e depósitos vinculados	6	62.388	52.342
Tributos diferidos		653	564
Outros ativos		92	1.311
Imobilizado, líquido	7	81.848	88.569
Intangível, líquido		720	772
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		145.701	143.558
TOTAL DO ATIVO		151.672	153.604
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores		417	952
Empréstimos e financiamentos	8	5.940	5.710
Contas a pagar partes relacionadas		218	201
Conta de ressarcimento	9	1.050	7.695
Passivo de arrendamento		173	218
Imposto de renda e contribuição social a pagar		640	1.372
Outros tributos a pagar		115	217
Provisões para processos judiciais e outros		-	44
Dividendos a pagar		2.495	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		11.048	16.409
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	36.089	41.111
Contas a pagar partes relacionadas		-	226
Conta de ressarcimento	9	2.827	2.860
Passivo de arrendamento		2.809	3.424
Provisão para desmobilização		1.265	7.573
Dividendos a pagar		7.476	7.476
Outras obrigações		59	59
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		50.525	62.729
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado		42.870	40.175
Reserva de lucros		47.229	34.291
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	90.099	74.466
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		151.672	153.604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA BELA VISTA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.433	14.152
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	15.433	14.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA BELA VISTA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Reserva de Incentivos Fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		28.606	1.629	14.773	3.998	-	49.006
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	14.152	14.152
Aumento de capital social		11.569	-	-	-	-	11.569
Constituição de Reserva legal		-	708	-	-	(708)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	12.822	-	(12.822)	-
Constituição de Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	361	(361)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(261)	(261)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10	40.175	2.337	27.595	4.359	-	74.466
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.433	15.433
Aumento de capital social		2.695	-	-	-	-	2.695
Constituição de Reserva legal		-	772	-	-	(772)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	14.368	-	(14.368)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(293)	(293)
Dividendos adicionais propostos		-	-	(2.202)	-	-	(2.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	42.870	3.109	39.761	4.359	-	90.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EÓLICA BELA VISTA GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais:			
Lucro Líquido do exercício		15.433	14.152
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	12	5.338	4.422
Atualização monetária de ressarcimento	14	453	-
Juros sobre passivo de arrendamento	14	296	272
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	14	(5.954)	(3.894)
Encargos financeiros de dívidas	14	2.532	2.793
Tributos e contribuições sociais diferidos		(150)	-
		17.948	17.745
Variação de ativos e passivos operacionais		(4.216)	5.297
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		-	2
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3.431)	(11.424)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Juros)		(1.950)	(2.152)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(296)	(272)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		8.055	9.196
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	(4.645)	(1.171)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	6	1.404	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.241)	(1.171)
Atividades de financiamentos:			
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	6	(5.496)	(11.040)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)		(5.343)	(5.154)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)		(31)	-
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		(189)	(202)
Aumento de capital	10	2.695	11.569
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(8.364)	(4.827)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(3.550)	3.198
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		3.613	415
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		63	3.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 2008, com sede na Fazenda Bela Vista s/nº, município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte, constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Eólica Bela Vista.

A Companhia é controlada diretamente pela MS Participações Societárias S.A e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
Bela Vista	2º LER/2009	741/2010	20/08/2010	19/08/2045	35 anos	13	27,3	11,8

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica da Companhia, é como segue:

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh (i)	Preço Médio atualizado MWh (i)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bela Vista	2º LER/2009	CCEE	96.360	336,86	jul/12	jun/32	IPCA	Julho

- (i) Informações em MW não auditada pelos auditores independentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 08 de maio de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis no montante de R\$2.875 (R\$6.363 negativo em 31 de dezembro de 2022), está convencida de que suas operações

têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Essa informação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistente com seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia podendo sofrer alteração.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		
Numerário disponível	63	68
Operações compromissadas	-	3.545
Subtotal	63	3.613
Total	63	3.613

4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	2023	2022
Leilões de Energia Eólica	1.252	2.620
Total	1.252	2.620

5 ESTOQUE

	2023	2022
Almoxarifado	2.933	1.735
Total	2.933	1.735

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no "custo médio ponderado".

6 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	2023	2022
Não Circulante		
Garantias de financiamento (i)	62.388	50.939
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	-	1.403
Subtotal	62.388	52.342
Total	62.388	52.342

- (i) A Companhia detém cauções e depósitos vinculados referentes as contas reservas das dívidas, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos das dívidas. A integridade dos recursos retidos nestas contas devem ser aplicados seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo de R\$ 62.388 (R\$ 50.939 em 31 de dezembro

de 2022) está aplicado em CDBs, a rentabilidade média apurada foi de 95,27% do CDI (96,68% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A movimentação dos cauções e depósitos vinculados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.986
Adições	27.522
Atualização monetária	3.316
Baixas e resgates	(16.482)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	52.342
Adições	21.198
Atualização monetária	5.954
Baixas e resgates	(17.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	62.388

7 IMOBILIZADO

A Companhia utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos complexos Eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,17%	17.071	(7.698)	9.373
Máquinas e equipamentos	4,00%	103.218	(45.646)	57.572
Móveis e utensílios e outros	6,25%	116	(113)	3
Veículos	14,29%	504	(233)	271
Imobilizado em serviço		120.909	(53.690)	67.219
Imobilizado em curso (i)		12.096	-	12.096
Bens vinculados às concessão e autorizações		133.005	(53.690)	79.315
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	5,56%	3.839	(1.306)	2.533
Total Imobilizado		136.844	(54.996)	81.848

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 18 anos e depreciados a uma taxa média de 5,56%.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (i)	Transferências (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	17.071	-	-	-	17.071
Máquinas e equipamentos	109.206	-	(8.098)	2.110	103.218
Móveis e utensílios e outros	116	-	-	-	116
Veículos	455	-	-	49	504
Imobilizado em serviço	126.848	-	(8.098)	2.159	120.909
Imobilizado em curso	8.747	4.645	-	(1.296)	12.096
Bens vinculados às concessão e autorizações	135.595	4.645	(8.098)	863	133.005
Direito de uso de terreno arrendado	4.310	-	(471)	-	3.839
Subtotal	139.905	4.645	(8.569)	863	136.844
Depreciação / Amortização arrendamento	(51.336)	(5.286)	1.436	190	(54.996)
Total Imobilizado	88.569	(641)	(7.133)	1.053	81.848

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão para Desmantelamento	Transferências (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.158	-	-	(4.087)	17.071
Máquinas e equipamentos	98.584	-	639	9.983	109.206
Móveis e utensílios e outros	33	-	-	83	116
Veículos	124	-	-	331	455
Imobilizado em serviço	119.899	-	639	6.310	126.848
Imobilizado em curso	10.218	1.171	-	(2.642)	8.747
Bens vinculados às concessão e autorizações	130.117	1.171	639	3.668	135.595
Direito de uso de terreno arrendado	3.803	507	-	-	4.310
Subtotal	133.920	1.678	639	3.668	139.905
Depreciação / Amortização arrendamento	(45.495)	(4.250)	(38)	(1.553)	(51.336)
Total Imobilizado	88.425	(2.572)	601	2.115	88.569

- (i) Em dezembro de 2023, com base em laudos de especialistas, a Companhia remensurou a estimativa das provisões para desmobilização de suas controladas, revendo as premissas de acordo com a política contábil do Grupo AES. Dessa forma, houve uma remensuração no montante de R\$ 7.133.
- (ii) O valor de R\$ 1.053 (R\$ 2.115 em 2022) refere-se a reclassificações de intangível para o imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	2023						Total circulante + não circulante
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNB	2030	3.815	765	(431)	4.149	29.808	(2.336)	27.472	31.621
BNDDES	2029	1.948	38	(195)	1.791	9.577	(960)	8.617	10.408
Total da dívida		5.763	803	(626)	5.940	39.385	(3.296)	36.089	42.029

Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	2022						Total circulante + não circulante
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total	
BNB	2030	3.518	846	(359)	4.005	33.622	(2.839)	30.783	34.788
BNDDES	2029	1.929	44	(268)	1.705	11.411	(1.083)	10.328	12.033
Total da dívida		5.447	890	(627)	5.710	45.033	(3.922)	41.111	46.821

8.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Empréstimos e Financiamentos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	51.334
Encargos financeiros	2.180
Pagamento de principal	(5.154)
Pagamento de encargos financeiros	(2.152)
Amortização de custos de transação	613
Saldos em 31 de dezembro de 2022	46.821
Encargos financeiros	1.714
Variação monetária	161
Pagamento de principal	(5.343)
Pagamento de encargos financeiros	(1.950)
Diferimento dos custos de transação	(31)
Amortização dos custos de transação	657
Saldos em 31 de dezembro de 2023	42.029

8.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
BNB	54.900	27/05/2013	2,55% (pré)	Semestral	Semestral	31.621	Maiço/2030	Construção do Parque Eólico
BNDDES	29.100	16/07/2013	TJLP + 1,66%	Mensal	Mensal	10.408	Novembro/2029	Construção do Parque Eólico

8.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação,

atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Empréstimos e Financiamentos	Custos de transação	Total
2025	6.164	(627)	5.537
2026	6.587	(627)	5.960
2027	6.869	(627)	6.242
2028	7.259	(627)	6.632
Após 2029	12.506	(788)	11.718
Total	39.385	(3.296)	36.089

8.4 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia, seus credores, utilizam-se dos *covenants* financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia manteve o acompanhamento dos seus índices financeiros das dívidas.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES e BNB	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

9 CONTAS DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre a Companhia que opera contratos do LER 2009, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009. O segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

A movimentação dos saldos de ressarcimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.822	8.758
Adição / reversão	(2.822)	178
Atualização monetária	-	1.619
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	10.555
Adição / reversão	-	2.422
Amortização	-	(9.553)
Atualização monetária	-	453
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	3.877

Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

As reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2023	2022
	Quantidade	Quantidade
<u>Acionistas</u>		
MS Participações Societárias S.A.	57.888.749	54.249.581
Total das ações ordinárias	57.888.749	54.249.581

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$42.870 (R\$40.175 em 31 de dezembro de 2022), composto por 57.888.749 (54.249.581 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 2.695. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei Nº 6.404, art. 174.

10.2 Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, constituiu uma reserva de R\$772 (R\$708 em 31 de dezembro de 2022).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação constituiu uma reserva de R\$14.368 (R\$12.822 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia é beneficiária de subvenções federais por meio de investimentos realizados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"). O resultado contábil anual obtido do incentivo é destinado ao patrimônio líquido em reserva de incentivos fiscais, onde deverá permanecer e não poderá ser utilizado para distribuição de dividendos, em 31 de dezembro de 2023 não foi constituído reserva de incentivo fiscal (R\$361 em 31 de dezembro de 2022) tendo em vista que a apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa, conforme nota 15.

10.3 Destinação dos resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído dividendos mínimos de R\$293 (R\$261 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o

cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	2023	2022
Contratos bilaterais	22.236	28.480
Ressarcimento de energia	5.703	(3.003)
Mercado de curto prazo	5	-
Crédito de carbono	-	2.361
Receita operacional bruta	27.944	27.838
(-) PIS e COFINS	(940)	(1.104)
Receita operacional líquida	27.004	26.734

12 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Mercado de curto prazo	(4)	(3)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(1.484)	(1.998)
Taxa de fiscalização ANEEL	(113)	(102)
Subtotal	(1.601)	(2.103)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(2.443)	(104)
Material	(1.068)	(1.192)
Depreciação e amortização	(5.338)	(4.422)
Seguros	-	(798)
Arrendamentos e aluguéis	(27)	(14)
Contribuições setoriais	(24)	(1)
Outros custos operacionais	(6)	-
Subtotal	(8.906)	(6.531)
Total	(10.507)	(8.634)

13 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Serviços de terceiros	(151)	(1.205)
Total	(151)	(1.205)

14 RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	332	121
Rendimentos de cauções e depósitos vinculados	5.954	3.894
Variações monetárias	46	123
Outras receitas financeiras	9	-
Subtotal	6.341	4.138
Despesas financeiras		
Encargos financeiros de dívidas	(2.532)	(2.793)
Atualização provisão desmobilização	(354)	(423)
Atualização ressarcimento	(453)	(1.619)
Juros sobre arrendamento	(296)	(272)
Tarifas e encargos bancários	(58)	(194)
Outras despesas financeiras	(15)	(12)
Subtotal	(3.708)	(5.314)
Total Líquido	2.633	(1.176)

15 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional tributável	30.612	28.309	30.612	28.309
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
Receita operacional crédito de carbono	-	2.361	-	2.361
Alíquota lucro presumido crédito de carbono	32%	32%	32%	32%
Receita presumida	2.449	3.020	3.673	4.153
Outras receitas	5.651	3.688	5.651	3.888
Base de cálculo	8.100	6.708	9.325	8.041
Alíquota efetiva	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.215)	(1.006)	(839)	(706)
Adicional 10%	(786)	(647)	-	-
Ajustes exercícios anteriores (subvenção de incentivos fiscais)	(34)	822	(9)	-
Outros ajustes	-	38	-	10
IRPJ e CSLL corrente	(2.035)	(793)	(848)	(696)
IRPJ e CSLL diferido	97	9	53	4
IRPJ e CSLL no resultado	(1.938)	(784)	(795)	(692)

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2023		2022		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	63	63	68	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações comprometidas)	3	-	-	3.545	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	1.252	1.252	2.620	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas		-	-	99	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	6	62.388	62.388	52.342	Custo amortizado
Total		63.703	63.703	58.674	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores		417	417	952	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	8	42.029	42.029	46.821	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		218	218	427	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	9	3.877	3.877	10.555	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		2.982	2.982	3.642	Custo amortizado
Dividendos a pagar		7.769	7.769	7.476	Custo amortizado
Total		57.292	57.292	69.873	

16.1 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's* ou *Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior a R\$8.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Empresa possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de

demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	63	3.545
Contas a receber de clientes	1.252	2.620
Cauções e depósitos vinculados	62.388	52.342
Total	63.703	58.507

(b.2) Risco de gerenciamento de capital.

A Companhia controla suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia controla também monitorando constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	42.029	46.821
Caixa e equivalentes de caixa	(63)	(3.613)
Cauções (garantias de financiamentos)	(62.388)	(50.938)
Dívida líquida	(20.422)	(7.730)
Patrimônio líquido	92.301	74.466
Dívida líquida / Patrimônio líquido	-22,13%	-10,38%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia monitora sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 8.4.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os

fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	417	-	-	-	-	417	952
Empréstimos e financiamentos	700	6.792	15.506	24.920	4.102	52.020	46.821
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	218	-	-	218	427
Passivo de arrendamento	45	179	199	744	1.964	3.131	3.642
Dividendos a pagar	-	293	7.476	-	-	7.769	7.476
Total	1.162	7.264	23.399	25.664	6.066	63.555	59.318

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2023.

(b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Conseqüentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	-	3.545
Cauções e depósitos vinculados	62.388	52.342
Conta de ressarcimento	(3.877)	(10.555)
Empréstimos e financiamentos	(45.951)	(51.370)
Total	12.560	(6.038)

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Cauções (Garantias de financiamento)	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,67%	10,22%	12,78%	15,33%
Cauções (Garantias de financiamento)	CDI	62.388	3.188	4.785	6.376	7.973	9.564
Impacto no resultado			3.188	4.785	6.376	7.973	9.564
Total da exposição líquida			3.188	4.785	6.376	7.973	9.564

Empréstimos e financiamentos	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			2,82%	4,23%	5,65%	7,06%	8,47%
BNDES	TJLP	(11.563)	(523)	(689)	(856)	(1.022)	(1.188)
Impacto no resultado			(523)	(689)	(856)	(1.022)	(1.188)
Total da exposição líquida			(523)	(689)	(856)	(1.022)	(1.188)

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(3.877)	(75)	(113)	(150)	(188)	(226)
Impacto no resultado			(75)	(113)	(150)	(188)	(226)
Total da exposição líquida			(75)	(113)	(150)	(188)	(226)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”) e com Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), a dívida junto ao BNB possui taxa prefixada dessa forma, sem exposição ao risco de mercado, conforme nota explicativa nº 8.

O montante relacionado a Dívida apresentado na tabela acima não contempla os saldos de custo de transação.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contrato de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente acompanhados pela Administração. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou

requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Em agosto de 2023, houve uma ocorrência de nível nacional “apagão”, que impactou em grande escala geração de energia renovável, principalmente, no Nordeste brasileiro. Essa restrição, por decisões de segurança sistêmica do ONS, se manteve alta e frequente ao longo dos próximos meses, tendo impactos até o momento (dezembro).

Em função das restrições, que são constrained-off para usinas eólicas, em outubro, a ABEEólica conjuntamente com seus associados ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de *constrained-off*. Ainda em outubro, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023, foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.